

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE FERNANDO DE AZEVEDO

AROSA, Armando de Castro Cerqueira – FME- NITERÓI/RJ - FIS/RJ
armandoarosa@yahoo.com.br

Área Temática: História e Políticas
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

O presente trabalho, resultado de pesquisa bibliográfica que analisou parte da obra de Fernando Azevedo produzida nos anos 30 do século passado, tem o objetivo de discutir suas concepções sobre a formação dos profissionais da educação. Azevedo constrói a idéia de que a escola “fabrica semelhanças” e reconhece que o domínio sobre a educação é estratégico na consolidação de um projeto de sociedade, entendendo que a escola pública é o locus privilegiado de produção das condições para a transformação social. Para construir essa nova escola, baseada em novos princípios educativos, era preciso que os professores fossem treinados para realizar as novas tarefas que a eles seriam atribuídas. É evidente, na obra analisada, sua concepção acerca da divisão social do trabalho, baseada na especialização e na racionalidade técnica. Assim, um traço importante é a crítica que faz ao “empirismo profissional”, que, para Azevedo, produzia interpretações que advinham da experiência pessoal sem a solidez do conhecimento científico. Outro aspecto importante é a distinção que faz entre os processos de gestão e docência: em sua concepção, o conhecimento sobre as questões maiores relativas aos problemas educacionais que dizem respeito aos sistemas deveria ser produzido por especialistas. Por fim, Azevedo traz contribuições importantes: coloca a necessidade de se criar uma cultura de planejamento; insiste sobre a necessidade de se organizar o sistema educacional; manifesta-se claramente a respeito da necessidade de se distribuírem de forma equilibrada os recursos destinados à educação; e discorre acerca da sólida formação que devem ter os profissionais da educação. Todavia, tais posições são assumidas de maneira tal que se pode colocá-lo no campo daqueles que pertencem à tradição funcionalista que defende o consenso como base das relações sociais, desconsiderando, ou mesmo negando, o conflito que move as relações vividas na sociedade.

Palavras-chave: Fernando de Azevedo; Formação de professores; História da educação.

O presente trabalho, resultado de pesquisa bibliográfica que analisou parte da obra de Fernando Azevedo produzida nos anos 30 do século passado, tem o objetivo de discutir suas concepções sobre a formação dos profissionais da educação. São considerados aqui os livros publicados naquele período e o Manifesto dos Pioneiros¹, não fazendo parte deste *corpus* os

¹ “(...)É preciso que o nosso manifesto tenha a maior repercussão possível. Isto se conseguirá se, ao menos, os principais jornais do Rio (Jornal do Comércio, O Jornal, Jornal do Brasil e Diário de Notícias) e os de S. Paulo, o dêrem, na integra, no mesmo dia. Não é pouco. Mas não é cousa difficil de obter. Se conseguirmos, além disso,

inúmeros outros escritos (ensaios, artigos, memórias e cartas) que compõem o conjunto de sua obra. O que se pretende é discutir a questão da formação de profissionais da educação, no contexto da obra azevediana, como parte de um corpo de idéias que sustentam sua concepção sobre educação.

Apesar de inúmeras críticas que se pode fazer acerca de sua filiação político-ideológica, não se pode negar que o autor constrói um pensamento de largo espectro, tanto pela temática, quanto pela densidade das abordagens que faz, em sucessivas conjunturas históricas de que sofreu influência e sobre as quais pode influir.

A obra azevediana não apresenta aquela unidade de concepção, própria das categorizações sistemáticas, de fácil percepção. É uma obra complexa, não linear; "espelho que se partiu, mostra, reconstituído nos seus inumeráveis pedaços de formas, de cores variadas, as idéias, vontades e aspirações do momento em que viveu seu autor e sua tomada de posição" (PENNA, 1987.p.76).

Maria Luiza Penna (1987) considera que o autor é um pensador de uma época bastante complexa e que procura levantar as bandeiras históricas da burguesia liberal brasileira, tentando dimensionar a educação como fator de transformação; o que significou colocar como questão a educação das massas e a formação da elite, o papel da educação e seus vínculos com a sociedade, com destaque para a ação recíproca de uma sobre a outra, bem como para a relação entre a pedagogia clássica e o humanismo tradicional. Na visão da autora, duas linhas parecem confluir para a formação da personalidade azevediana: “a via ética e a via da razão”.

Diz a autora:

Ambas não absolutas, situadas na concretude de uma existência histórica contraditória, ambígua, mas nem por isso formas menos acertadas de um agir responsável. No cenário brasileiro, aliás, excluindo os menos burocratas, que grande educador não é figura controvertida? (PENNA, 1987, p.79).

que, no mesmo dia 19 (sábado) outros jornais o publiquem no Rio Grande, Paraná, Minas, Bahia e Pernambuco, teremos dado o primeiro grande passo para a sua repercussão. As cópias entregues à imprensa deverão ser cuidadosamente revistas. **Quando falo nesse manifesto, já me esqueço de que fui eu quem o escreveu. Ele é obra impessoal. Havia de ter, como teve, um redactor. Mas nelle se inscreveram, em corpo de doutrina, "idéas e aspirações communs", que nos permitem, a mim como a cada um dos outros signatarios, falar delle "objectivamente". A bandeira não é de quem a teceu, mas de quem a honra e de quem a conquistou. De todos nós, portanto**”. A sua mão de chefe foi feita para a empunhadura dessa bandeira: nós estaremos para defendê-la em toda parte em que se realize obra à sua sombra e sob a sua inspiração. Escreva-me. Telefone-me. E o projecto da Escola Normal? Estou prompto para a entrevista. Do muito e sempre seu. Fernando”. (AZEVEDO, Fernando de. Carta a Anísio Teixeira, S. Paulo, 14 mar. 1932. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATc 31.12.27. S. Paulo, 14 de março de 1932. In: <http://www.prossiga.br/anisio Teixeira/eng/cartas/fernando2.html>, em dezembro de 2006). O grifo registra as razões pelas quais se optou por incluir o Manifesto no *corpus* de análise.

Essa dupla possibilidade de análise também se reflete naquilo que chama oscilação "entre a idéia da necessidade de uma prática de liberdade e um autoritarismo que qualificaríamos de progressista" (Ibidem).

Ao analisar o *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo*, realizado por Fernando de Azevedo, por encomenda do jornal O Estado de São Paulo, em 1926, Carmem Sylvia Vidigal de Moraes situa o autor como pertencente a uma tradição intelectual, filiada a um elitismo político e social baseado em pressupostos teóricos positivistas, sobretudo na teoria sociológica de Durkheim. A educação, também analisada sob a ótica de um processo social, deve servir à formação de uma elite que conduzirá os destinos do país. Afirma Moraes:

Atribuía ao ensino superior "a função superior e inalienável" de formar, isto é, de cuidar do "preparo e aperfeiçoamento das classes dirigentes". Na sua concepção, as verdadeiras democracias necessitam construir suas "classes condutoras" aptas no "manejo dos negócios públicos" e, para orientá-las "a atividade prática e a sábia assistência de homens eminentes, habituados a encarar de alto, de um ponto de vista idealista e científico as grandes questões técnicas, cada vez mais complexas a que os governos são chamados (...) a resolver (MORAES,1995, p.85).

Lilian do Valle (1997) situa Fernando de Azevedo num corpo de pensamento que constrói uma relação entre unidade nacional e educação, construída com base na tradição e no culto ao passado como valores capazes de solidificar uma unidade tão 'homogênea' que justifique, inclusive, a existência de um Estado forte e centralizador. O papel principal da escola pública é, portanto, o de consolidar esta unidade. Para a autora, há também no pensamento azevediano a noção de que a escola deve ser o instrumento de construção e intervenção no imaginário do povo para a "consolidação de uma unidade nacional" (VALLE, 1997, p. 117).

Azevedo constrói a idéia de que a escola "fabrica semelhanças", é uma "comunidade de consciência", é um "cimento da nação". "É sua ação 'contínua e sistemática' que 'mantém uma ordem espiritual e moral' cuja força faz circular o mesmo espírito de alto a baixo em todo sistema" (Ibidem).

Libânia Nacif Xavier (1998) analisa a obra *A Cultura Brasileira* com o propósito de "captar o processo por meio do qual um agente histórico e uma obra específica construíram certas concepções acerca do papel dos intelectuais e da Educação na constituição do espaço público brasileiro". A autora considera que do referido livro emergem alguns argumentos que se articulam em torno de uma idéia central: a idéia de que a evolução de nossa história e de

nosso sistema educacional parte da dispersão e do fragmentário e vai evoluindo rumo à unidade e à racionalidade. Seguindo essa linha, Azevedo reitera que a verdadeira essência do ensino deve ser sua vinculação às finalidades práticas e utilitárias. Tal concepção redundava numa visão de que a política educacional deve se construir a partir de um plano orgânico e articulado, elaborado com base científica (XAVIER, 1998).

Pedro Pagni (2000) também traz esse aspecto, quando analisa os questionamentos feitos a Fernando de Azevedo por Anísio Teixeira em carta deste ao autor de *Sociologia Educacional*. Em sua visão, Anísio Teixeira considera arriscado tratar a educação ou o fenômeno educacional como um objeto da ciência e, particularmente, da "Ciência da Educação", como faz Fernando de Azevedo. Diz o autor:

Isso implicaria, segundo ele, em conhecer a prática educativa pela ciência e depois aplicar esse conhecimento à prática pedagógica, reiterando a dissociação entre teoria e prática, e não compreendendo-as como um processo contínuo, característico da arte de educar. Essa arte "consiste em modos de fazer" que implicariam em conhecimentos da matéria com a qual se está lidando, métodos de operação e de um estilo (PAGNI, 2000, p.5).

Para Teixeira, segundo Pagni, não se trata de criar uma ciência da educação, mas de construir condições científicas à atividade educacional, nos seus três aspectos fundamentais - de seleção de material para o currículo, de métodos de ensino e disciplina e de organização e administração das escolas. Trata-se, pois, de levar a educação para o campo das grandes artes científicas e de dar aos seus métodos, processos e materiais a segurança inteligente, a eficácia controlada e a capacidade de progresso, já asseguradas às suas predecessoras relativamente menos complexas (Idem).

Diana Vidal e Luciano Mendes (2002, p.31) consideram que Azevedo trazia como proposta a concepção de uma escola que não servisse apenas como aparelho de adaptação da criança à sociedade, mas que funcionasse como instrumento de reação, "capacitando-a a contribuir para a transformação social". Para que esse projeto se configurasse, era preciso que a educação se organizasse em torno dos princípios de comunidade, trabalho e escola única. Inspirado na Escola Nova, Azevedo propõe que o indivíduo seja formado pela e para a vida social, em um ambiente em que a experiência pessoal e ativa fosse valorizada e em que todo estudo se convertesse objeto de aquisição e trabalho em comum, constituído com a finalidade de formar o cidadão produtivo.

Azevedo reclama a necessidade de uma identidade cultural como fator propedêutico à consciência coletiva da necessidade de uma convergência unificadora em torno de um projeto pedagógico, que seria construído a partir de reformas, momento em que o papel da ciência ganha importância vital em seu pensamento, como elemento de legitimação da racionalidade.

Diz Azevedo:

O domínio, outrora estreito, de cada ciência particular tão desmedidamente se ampliou que o olhar de um só homem já não lhe poderia abranger toda extensão. Mas, se é certo que o progresso vertiginoso das ciências acentuou o antagonismo dessas tendências rivais que dão aos próprios homens de ciência a oportunidade e o meio de se desprezarem um pouco uns aos outros, não é menos verdadeiro que o estudo exclusivamente especial, científico ou matemático, constitui uma perigosa mutilação do homem e que a especialização que impõe uma disciplina científica se deve constituir sobre a base sólida e larga de uma cultura geral, filosófica e literária, capaz de estabelecer o concurso e a harmonia entre as atividades e as exigências do espírito e um estreito laço de solidariedade moral entre os homens (AZEVEDO, 1937, p.129).

Essa busca pela unidade vai nortear sua concepção de Educação como um mecanismo (instrumento) capaz de promover a transformação e, conseqüentemente, o controle social. É um movimento que tem o sentido da centralização, mas também o da multiplicidade. Traz a ambigüidade de quem via a possibilidade do pluralismo cultural da sociedade brasileira, entretanto, também requeria uma convergência ideológica. É uma unidade que toca o autoritarismo e que irá se materializar também em sua concepção acerca da formação de professores.

Sua compreensão de que a educação é um instrumento do social se consubstancia na unidade de um projeto pedagógico que é também um instrumento do político, que deve estar igualmente a serviço do econômico. Fernando de Azevedo tem a compreensão do caráter fragmentário da vida social, entretanto, é na tentativa de dar um corpo sólido à sociedade, e ao país, que vai conceber seu projeto, trazendo um viés autoritário e elitista.

Nesse ponto, o papel da Universidade é de extrema importância, pois sua função maior seria a de constituir uma elite intelectual sólida e capaz de ditar os rumos da sociedade. Vê-se claramente que o pedagógico fica submetido ao político, como forma de torná-lo ao mesmo tempo instrumento de transformação social e elemento catalisador e aglutinador do controle ideológico, moral² e estético.

² Apoiado em Ortega y Gasset, considera que "uma nação é grande, é também boa a sua escola, como sua política, a sua economia, a sua religião. A fortaleza de uma nação se produz integralmente. Se um povo é

Pode-se dizer que o autor constrói um pensamento pedagógico de caráter prescritivo, fundado na concepção liberal de democracia, que confere à elite o papel civilizador e à massa o de ser conduzida. Constrói um nacionalismo com ênfase na tradição e no culto ao passado como valores que sustentariam a existência de um Estado forte, contraditoriamente, com o intuito de consolidar a unidade nacional e tendo a Sociologia³ como instrumento capaz de apontar soluções e de sustentar cientificamente as reformas necessárias, bem como de produzir um discurso capaz de criar uma pedagogia voltada para as questões sociais.

Azevedo passa pela experiência administrativa à frente do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito, de 1927 até 1930. No exercício dessa função pública promove a conhecida Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal. Os objetivos da reforma eram a descentralização dos serviços, a implantação de regime de concurso para todos os cargos e a construção de escolas primárias e profissionais, tanto quanto a reorganização da Escola Normal. Esta deveria promover a remodelação do quadro de professores; a reorganização dos cursos, com ênfase nas matérias básicas e na utilização de novas técnicas de ensino; bem como a construção e o aparelhamento de novos edifícios.

Dentre esses elementos que apontam para uma preocupação com a estrutura de funcionamento do sistema educacional, percebe-se que as condições de trabalho e de formação dos profissionais aparecem como elementos basilares. Para Azevedo, um dos pontos de partida para sua ação administrativa é a necessidade de se criar uma atmosfera de cooperação entre os trabalhadores. Para que isso se realizasse, era necessário que os meios fossem oferecidos de maneira adequada e os profissionais fossem capacitados para o exercício de suas tarefas. Essa capacitação devia seguir parâmetros científicos, sendo, portanto, centrada no aperfeiçoamento técnico. Embora essa formação técnica viesse acompanhada, em seu entendimento, de outros elementos de caráter abrangente, é o aspecto técnico-científico que ganha relevo. Essa formação científica, que deveria ser garantida aos professores, proporcionaria a esses profissionais o preparo necessário ao exercício de seu ofício, que não estaria mais baseado no empirismo, mas no espírito científico, a ser garantido também através da ação pesquisadora desse docente.

politicamente vil, é vão esperar alguma coisa da escola mais perfeita" (AZEVEDO, 1937, p.142). Para Azevedo, pois, a ação política é fruto de uma reflexão moral.

³ "A sociologia, ciência da realidade e das realidades sociais, tem por fim antes de tudo, como qualquer outra ciência, descobrir a verdade, por meio da observação das relações de causa e efeito no mundo objetivo. Ela não pode deixar de revestir uma feição marcadamente teórica, o sentido de investigação pura e desinteressada dos fenômenos sociais, isto é, na observação objetiva dos fenômenos e na explicação das relações que os ligam". (AZEVEDO, 1973. p. 120).

Ao analisar essa dimensão do pensamento azevediano, Vidal destaca:

... a formação para o magistério exigia três condições básicas: ambiente educativo - e por isso a construção do novo prédio, que trazia anexo ao corpo principal, um conjunto de edifícios onde seria possível o aprimoramento da prática docente -; ensino pautado em princípios científicos - a escola passava a ser concebida como laboratório; pesquisa e espírito de descoberta eram as pré-condições de uma educadora capaz de acompanhar o progresso social; e cultura geral sólida - a professora necessitava, para o exercício de suas funções, de uma capacitação não apenas técnica, mas de caráter abrangente (VIDAL, 2000, p.73).

O ideário azevediano é claramente voltado para a construção de uma escola única, laica e gratuita, entendendo que a educação é eminentemente uma função pública. Em sua concepção, a função educacional deve ser exercida por profissionais especializados no seu próprio campo de atuação e por meio de agentes e instituições adequadas e de acordo com os interesses da sociedade, portanto regida pelo Estado. Há, portanto, uma separação entre a educação que se processa nas relações sociais, familiares, e aquela que se ministra de forma sistemática através da rede escolar.

A ação educativa é, para Azevedo, uma ação de caráter público, portanto deve ser tratada pelo Estado (AZEVEDO, 1937). Em outro momento de suas reflexões a respeito da questão, o autor avalia:

O que se trava (...) na solidariedade de alguns ou na resistência de outros à doutrina que transfere para o Estado a direção da educação, é a luta violenta para a conquista da escola, como um terreno disputado tanto pelos que querem fazer dela um instrumento de poder político, a serviço dos interesses de facções, como pelos que não se resignam a perder, com a transferência dos órgãos do ensino para o Estado, o seu campo de ação e de influência sobre grupos determinados (AZEVEDO, 1937. p. 103).

Reconhece que o domínio (controle) sobre a educação é estratégico na consolidação de um projeto de sociedade e entende que a escola pública é o *locus* privilegiado de produção das condições para a transformação social. Afirma o autor:

Pondo na base as idéias igualitárias de uma sociedade, de forma industrial, em marcha para a democracia e na cúspide da pirâmide revolucionária da reforma, os ideais de pesquisa, de experiência e de ação, quis o Estado preparar as gerações não para a vida, segundo uma representação abstrata, mas para a vida social do seu tempo, sob o regime igualitário e democrático em evolução, transmudando a escola popular não apenas num instrumento de adaptação (socialização), mas num aparelho dinâmico de transformação social (AZEVEDO, 1931, p. 57).

Esse projeto de transformação social, lento e de caráter reformista, visa à construção de uma sociedade baseada nos preceitos da democracia liberal, fundados em ideais como a racionalidade, a solidariedade social e a cooperação, segundo sua concepção. É sob essa ótica que centra o foco nas ações administrativas, nas suas reflexões sobre elas, nos processos e relações que se desenvolvem no âmbito dos sistemas públicos de ensino.

A escola, então, é o elemento central do sistema educacional, sendo concebida pelo autor em articulação com toda a sociedade e como elemento aglutinador dos processos sociais voltados para a educação. Se, por um lado, Azevedo compreende que o ato educativo se dá nas diversas relações que são estabelecidas na sociedade, reconhece, por outro, a escola como o *locus* privilegiado do ensino, contribuindo para a consolidação da idéia segundo a qual a escola deve manter-se em permanente articulação com a sociedade como um todo:

A reorganização estrutural da escola, a instituição do exercício do trabalho em comum e a utilização, na escola, das formas de atividade social (caixas econômicas, bancos, cooperativas escolares, etc) são meios para a escola socializada adaptar-se cada vez mais ao fim social que a reforma atribuiu aos seus esforços. (Idem, p. 59).

Como se pode ver, a articulação da escola com as organizações da sociedade tem o objetivo claro de promover a adaptação do aparelho escolar às finalidades sociais que lhe foram imputadas pela reforma azevediana, no intuito de promover as transformações sociais necessárias à consolidação do projeto político do qual está a serviço.

Outro traço importante a ser considerado no estudo das características do pensamento azevediano, que contribuem para a compreensão do papel da escola e do professor, e, portanto, de sua formação, é a crítica que faz o autor ao “empirismo profissional”. Afirma o educador:

A tendência cada vez maior à aplicação dos métodos científicos aos problemas de educação, fez-nos sentir a necessidade de uma reação contra o grosseiro empirismo administrativo, até então predominante, apesar de se poder hoje ser tão científico na solução dos problemas educativos, como na medicina, na engenharia e nas finanças. Os problemas da administração escolar foram, por isto, transferidos, na reforma, para os “domínios técnicos”, em que se deviam colocar e resolver, não segundo a experiência adquirida na rotina da profissão (empirismo profissional), mas conforme a experiência constantemente revista e renovada, segundo o processo e os conhecimentos científicos (AZEVEDO, 1931, p.18).

Esse trecho revela, de forma significativa, o ideário no qual se pautava Azevedo para construir suas ações e reflexões. A já aludida crítica ao empirismo, mas, principalmente, a adesão a certo cientificismo que devesse nortear, não só as ações administrativas, mas

também as pedagógicas *stricto senso*, estão presentes aqui de forma cabal. Não só uma administração científica, mas uma pedagogia científica deveria ser implantada para a solução dos problemas educacionais do país. Uma pedagogia que tivesse base científica, no caso, mais fortemente centrada na sociologia e na psicologia, mas que correspondesse aos princípios filosóficos necessários para alcançar os objetivos sociais determinados. Avançando nessa reflexão, Azevedo acrescenta:

Ainda não nos habituamos a colocar as questões de educação acima dos interesses de classes e de pessoas e a tratá-las com esse respeito, que exige a delicadeza de um aparelho pedagógico, em que basta o erro técnico de uma disposição essencial, para ameaçar a sua eficiência e a sua integridade (AZEVEDO, 1931, p.58).

A concepção de ciência aqui é tomada, como na ótica positivista, acima dos interesses de classe. Num cenário social em que, supostamente, não há conflito de interesses. Numa sociedade em que se viveria em plena harmonia. A harmonia de uma sociedade compreendida de forma que, epistemologicamente, fosse assimilada pela natureza e estudada a partir dos mesmos métodos e processos empregados pelas ciências da natureza.

A crítica ao empirismo produzida por Azevedo tem base, tanto no tocante às observações que faz a respeito do trabalho docente, quanto no que tange às restrições que aponta sobre as reformas educacionais, portanto, sobre os pressupostos que sustentam as práticas administrativas no país até então. Trata-se de uma visão representativa do esforço do autor em difundir o paradigma da racionalidade técnica como sustentáculo de seu pensamento e na sua concepção acerca da formação do profissional de educação.

Pode-se dizer que esse modelo da racionalidade técnica reflete a concepção de um determinado tipo de organização social que se presta à manutenção e à expansão do capitalismo e que se expressa politicamente por meio do modelo liberal de democracia, abraçado por Azevedo.

Desse contexto geral do pensamento azevediano emerge de maneira não sistemática os elementos que fundamentam sua concepção acerca da formação profissional. A valorização do profissional da educação é uma preocupação evidente em Azevedo, porém se vincula a um modelo de formação profissional que remete a uma instrumentalização cientificista e a uma visão ainda funcionalista sobre a profissão docente.

Nesse ponto, é importante ressaltar que a noção de Planejamento adotada por Azevedo é peça fundamental para se compreender suas idéias. Sua concepção de Planejamento

dimensiona essa prática administrativa como um princípio para as intervenções a serem realizadas pelos atores diversos que compõem o sistema educacional. Para o autor, é preciso que se determinem as finalidades das ações educativas para que depois possam ser empreendidas. Trata-se de uma forma de promover o controle sobre as práticas empiristas, que tanto combate, desenvolvidas pelos professores; ou seja, é um elemento ordenador do trabalho e uma forma de determinação das atribuições e responsabilidades, como instrumento de controle e também de otimização dos processos que possam propiciar a uniformidade dessas ações que compõem o corpo de práticas a serem organizadas no sistema, revelando o caráter racionalista e cientificista bastante presente em sua obra.

Para que se possibilitasse a construção de uma nova escola, baseada em novos princípios educativos, era preciso que os professores tivessem acesso a um novo tipo de fazer. Os professores precisavam ser treinados para realizar as novas tarefas que a eles seriam atribuídas, dentro de um novo projeto de escola que fora concebido, sem a sua participação, por um grupo de especialistas que se debruçou sobre a tarefa de planejar. Fica, pois, demarcada sua concepção acerca da divisão social do trabalho, baseada na especialização e na racionalidade técnica, embora esta seja ponderada pela intervenção social, ainda que dirigida.

O aprofundamento do aspecto social, no sentido de que agora o papel da escola extrapola seus muros e deve alcançar à sociedade como um todo, faz com que o professor tenha uma tarefa sócio-política de extrema importância. Segundo o autor, a reforma de ensino inspirou-se nos propósitos de aparelhar a escola com meios que propiciassem a consecução dessa tarefa. Mas esse empreendimento, para o autor, só logrará êxito na medida em que, para além da renovação no interior da escola, na sua organização e nos seus métodos, outros elementos se unam. Todo o sistema escolar deve ser reorganizado, o que significa dizer que é preciso tornar mais eficazes os serviços técnicos e administrativos, como também proporcionar às escolas os meios para expandir seu raio de ação. A escola se propõe agora a ensinar a viver em sociedade e a trabalhar em cooperação.

Para que o professor, a cuja função agora acresce esse caráter, trazendo para o pedagógico um traço político, possa corresponder aos anseios da reforma era preciso proporcionar-lhe um novo modelo de formação. Diz Azevedo:

Não bastará, de certo, para elevar o professor à altura de sua nova missão, intensificar a sua cultura geral e desenvolver-lhe o aperfeiçoamento profissional, para o exercício eficaz da ação educativa e social do meio em que deve atuar. É preciso também despertar e desenvolver a consciência de que a solução do problema

educativo, posto nesses termos, largos e generosos, depende menos da obra solitária do indivíduo, seja qual for a sua categoria, do que a convergência, para um objetivo comum, de todos os esforços individuais (AZEVEDO, 1931, p. 59).

Mais uma vez, percebe-se a idéia de que a uns é atribuída a tarefa de planejar e a outros a de cumprir o que ficou determinado por aqueles técnicos detentores dos saberes mais valorizados. Azevedo considera importante a formação do professor para além do aspecto de sua cultura geral e de seu aperfeiçoamento; traz também a questão política como importante elemento em sua formação. Todavia, é uma formação política voltada para a transmissão dos ideais liberais, mais baseada numa visão da elite do que numa visão crítica acerca da realidade brasileira produzida a partir do ponto de vista dos trabalhadores, que são esses professores. Em outras palavras, torna-se necessário formar os profissionais da educação para serem agentes transmissores de uma nova cultura a ser consolidada.

Outro aspecto a ser compreendido na concepção azevediana acerca da formação dos profissionais da educação é a distinção que faz entre os processos de gestão e docência, que se reflete em sua visão acerca da estruturação dos cursos de formação.

Em 25 de janeiro de 1934, é criada a Universidade de São Paulo. O Decreto-Lei que a regulamentou foi elaborado por uma comissão da qual Fernando de Azevedo era integrante. De sua estrutura faziam parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, as escolas superiores de formação profissional, que já existiam, como a de Direito, Medicina, Engenharia e Agricultura e o Instituto de Educação, que foi incorporado e depois, em 1938, extinto no Governo de Adhemar de Barros.

Azevedo considerava de extrema importância a criação da Universidade, que em seu entendimento era um protesto e uma afirmação de fé na liberdade de pensamento e investigação, de crítica e de debate (AZEVEDO, 1937). Era também um passo importante no processo de aperfeiçoamento da formação dos professores e administradores escolares. Diz o autor:

(...) Numa época em que assistimos, paralelamente com o mais fecundo movimento de idéias que até hoje se desencadeou, nos domínios da educação, ao mais poderoso desenvolvimento da educação pública, não podia faltar à Universidade de S. Paulo uma faculdade organizada não somente para dar a preparação técnica do professor e do administrador escolar, como também para se constituir num centro de cultura superior, de investigação e de pesquisas para o estudo científico e experimental da educação (AZEVEDO, 1937, p. 67).

Para o autor, há uma nítida separação entre os processos de docência e de gestão dentro do cotidiano escolar. Em sua concepção, o conhecimento sobre as questões maiores relativas aos problemas educacionais, que dizem respeito aos sistemas, deveria ser produzido por especialistas. Para Azevedo, os conhecimentos sobre a administração da educação construídos nessa época eram advindos da experiência pessoal e do bom senso, sem, portanto, a solidez do conhecimento científico. A função, pois, do Instituto de Educação era a formação científica de professores e também de administradores escolares. Afirma Azevedo:

Ao Instituto de Educação – Escola Superior, não cabe, pois, somente formar o professor primário e concorrer para o aperfeiçoamento e a renovação de sua cultura, geral e profissional, dando-lhe, com a largueza de espírito indispensável ao educador, o poder de se elevar à compreensão dos problemas relativos à escola primária e dos grandes problemas que ocupam os espíritos mais cultos, e abrindo-lhe oportunidades para a “especialização” em setores determinados, conforme as tendências e as aptidões naturais de cada um e as necessidades impostas pelo desenvolvimento qualitativo e quantitativo dos sistemas de educação.

O Instituto deve e pretende ainda ser uma alta escola de administração escolar - a primeira que se organiza no país, e colaborar ativamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na formação do professor secundário, dando-lhe a preparação técnica com que se habilitará ao exercício do magistério das disciplinas cujos conhecimentos foram aprofundados naquele instituto universitário. Até hoje a administração escolar, entre nós, nunca teve outra base senão a experiência pessoal conduzida pela rotina e bom senso, quando a verdade que salta aos olhos é que o bom senso sem a ciência nada esclarece e que o governo da instrução das escolas, como o dos povos, “é questão não somente de bom senso, mas de método e de ciências” (AZEVEDO, 1937, p. 95).

Nesse trecho de sua obra, encontra-se a base de questões que até hoje não foram resolvidas no campo da pedagogia no Brasil. Azevedo e seus parceiros de trabalho na Universidade sintetizam, e acabam por sistematizar, a base do que seria a dicotomia central do curso de pedagogia. Essa dicotomia entre docência e gestão, que, mais do que um problema epistemológico, ou mesmo funcional, reflete sua adesão à divisão do trabalho baseada na racionalidade técnica, aqui já mencionada.

Mais ainda, é um posicionamento político que institui a diferença qualitativa entre aqueles que regem a sala de aula e aqueles que regem o sistema educacional, acrescentando ao fato a idéia de que a presença e a atuação do administrador escolar depende de uma “necessidade”, reconhecida, ou não, desse técnico. É uma visão redutora sobre o papel do Pedagogo, mas que reflete o senso comum da época e que acaba por se transformar em política de formação desse profissional até os dias de hoje, mesmo que algumas mudanças sejam possíveis a partir das novas diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia.

Por fim, Azevedo traz contribuições importantes para o pensamento educacional no Brasil: coloca no centro das discussões a urgência de se criar uma cultura de planejamento; insiste sobre a necessidade de se organizar o sistema educacional; manifesta-se claramente a respeito da necessidade de se distribuírem de forma equilibrada os recursos destinados à educação; e discorre acerca da sólida formação que devem ter os profissionais da educação. Todavia, tais posições são assumidas de maneira tal que se pode colocá-lo no campo daqueles que pertencem à tradição funcionalista (SANDER, 1984) que defendem o consenso como base das relações sociais, desconsiderando, ou mesmo negando, o conflito que move as relações vividas na sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **Novos Caminhos e Novos Fins: a nova política de educação no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

_____. **A educação e seus problemas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. **Princípios de Sociologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

AZEVEDO, Fernando de et alli. **A reconstrução educacional do Brasil - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. São Paulo: Nacional, 1932.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A sistematização da Política educacional dos liberais reformadores: o inquérito de 1926. In: **Revista da Faculdade de Educação**. vol 20 n.º 1. USP: São Paulo, 1995.

PAGNI, Pedro Angelo. Educação: ciência ou arte? **Educação**. Rio de Janeiro, v.32, n.101, abr./jun.2000.p.18-22. Disponível em: <http://www.prossiga.cnpq.br/anisioteixeira/artigos/pagni.htm>. Acesso em: 05 dez. 2006.

PENNA, Maria Luiza. Fernando de Azevedo: Educação e Mudança Social. In: **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros. Monografias Premiadas 1986**. Brasília: INEP, 1987.

PINTO, Diana Couto; LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília A. Lima (Coord.). **Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública**. São Paulo: Loyola, 2000.

SANDER, Benno. **Conflito e Consenso. Perspectivas Analíticas da Pedagogia e na Administração da Educação**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984.

VALLE, Lílian do. **A escola e a nação: as origens do projeto pedagógico brasileiro**. SP: Letras e Letras, 1997.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Fernando de Azevedo: um humanista na educação. **Revista da Faculdade de Educação**. 1995.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (RJ) 1927-1930**. São Paulo: IEB/USP. 2000 - CD-ROM.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes. Reescrevendo a história do ensino primário: o c e n t e n á r i o da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n.1, p. 31-50, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/hemeroteca/edp/edp28n1/edp28n102.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2006.

XAVIER, Libânea Nacif. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. **Revista da Faculdade de Educação**. jan./jun. 1998, vol.24, no.1 [citado 30 Novembro 2002], p.70-86. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 dez. 2006.